

nas da alma, submundos culturais), por vezes mesmo integrados sob a forma de santos ou demônios nas grandes religiões.

Contudo, o mais extraordinário fenômeno é o nascimento, no Oriente budista e na Grécia antiga, de sistemas abstratos de idéias, formando concepção de mundo e estabelecendo regras de conduta: as filosofias. Depois de ter sido subjugada na e pela noosfera triunfante do cristianismo, a filosofia emancipou-se no Ocidente na época do Renascimento e depois criou para si um novo tipo de sistema de idéias: as teorias científicas. Enfim, a partir dos sistemas filosóficos e científicos, desenvolveram-se ideologias políticas que, como veremos, alimentaram uma substância mitológica ou mesmo religiosa. Existe, portanto, agora uma formidável noosfera de seres logomorfos (sistemas de idéias).

Ao mesmo tempo que se desenvolveu este último reino, um processo de secularização ou laicização transformou os antigos mitos (como os da mitologia grega) em entidades estéticas ou poéticas; a poesia e a música, em grande parte, autonomizaram-se; multiplicaram-se os universos tecidos de substância semi-real, semi-imaginária, como os do romance. Assim, uma fabulosa noosfera estética/artística, que os meios de comunicação de massa multiplicaram e disseminaram, reina, por seu turno, sobre nós, mas de maneira singular: cremos profundamente nela, somos penetrados por ela, enfeitiçados, mas não lhe damos o mesmo tipo de existência que os crentes atribuem aos seus mitos e aos seus deuses, pois sabemos que as obras mais sublimes, mais divinas, são humanas...

Assim, vivemos em três reinos noosféricos que se associam, repelem, fazem simbiose e integram a nossa vida assim como fazemos parte da deles. Têm uma realidade objetiva, presença ativa, autonomia/dependência. Só trataremos, neste livro, do reino dos sistemas de idéias.

2. Os sistemas de idéias

Organização e etologia das idéias

Primeiras definições

Um sistema de idéias constitui-se de uma constelação de conceitos associados de maneira solidária, cujo agenciamento é estabelecido por vínculos lógicos (ou com tal aparência), em virtude de axiomas, postulados e princípios de organização subjacentes; tal sistema produz o seu campo de competência, enunciados com valor de verdade e, eventualmente, previsões quanto a fatos e acontecimentos que deverão manifestar-se.

Mediadores entre os espíritos humanos e o mundo, os sistemas de idéias ganham consistência e realidade objetiva a partir da sua organização.

A organização das idéias

Podemos usar duas analogias para conceber o sistema de idéias. A primeira é a do sistema atômico, onde partículas associadas formam uma constelação de elétrons em torno de um núcleo; a segunda é a do sistema celular que comporta um núcleo contendo o patrimônio genético, um citoplasma, realizando as trocas com o exterior, e uma membrana que filtra, isto é, acolhe/recusa os elementos exteriores.

As idéias reunidas em sistemas não são, evidentemente, nem partículas, nem moléculas; podem ser consideradas como unida-

des informacionais/simbólicas que se atraem em função de afinidades próprias¹⁰ ou de princípios organizacionais (lógicos, paradigmáticos). Uma idéia isolada não tem praticamente existência; só ganha consistência em relação a um sistema que a integre.

Chegamos a um modelo de sistema que se inspira e diferencia daquele do átomo e da célula. Conforme este modelo, um sistema de idéias comporta:

- um núcleo (axiomas que legitimam o sistema, regras fundamentais de organização, idéias mestras); por vezes, um complexo polinuclear, no caso de o sistema reunir vários sistemas antes independentes, os quais, sob o seu domínio, tornam-se subsistemas (*ver a análise do marxismo, um pouco mais adiante*);
- subsistemas dependentes/interdependentes, dos quais os mais periféricos constituem, eventualmente, um cinturão de segurança;
- um dispositivo imunológico de proteção.

Um sistema de idéias comporta, portanto, sua auto-organização e sua autodefesa. A sua auto-organização é, ao mesmo tempo, geradora (dispondo no seu núcleo de princípios geradores e regeneradores) e fenomenal (constituindo os dispositivos propriamente metabólicos e defensivos do sistema em seu meio ambiente).

Todo sistema de idéias é simultaneamente fechado e aberto. É fechado porque se protege e defende contra as degradações ou agressões externas. É aberto porque se alimenta de confirmações e verificações vindas do mundo exterior. Contudo, embora não exista fronteira clara e estável entre uns e outros, podemos distinguir e opor dois tipos ideais: os sistemas de prioridade à abertura, que denominaremos *teorias*, e os sistemas que priorizam o fechamento, ou *doutrinas*.

Todo sistema de idéias, inclusive uma teoria “aberta”, como uma teoria científica, comporta o seu fechamento, a sua opacidade e a sua cegueira:

1. O núcleo duro é constituído de postulados indemonstráveis e de princípios ocultos (paradigmas); estes são indispensáveis à constituição de todo sistema de idéias, inclusive científico

(Morin, 1990, p. 44). O núcleo determina os princípios e regras de organização das idéias, comporta os critérios que legitimam a verdade do sistema e selecionam os dados fundamentais nos quais se apóia; determina, portanto, a recusa ou a ignorância do que contradiz a sua verdade e escapa aos seus critérios; elimina o que, em função dos seus axiomas e princípios, parece-lhe destituído de sentido ou de realidade. Toda teoria comporta, portanto, em seu núcleo uma zona cega. Assim, os axiomas/princípios das teorias científicas atuais impedem-lhes de conceber a ação terapêutica de uma substância diluída ao extremo e administrada em doses infinitesimais (homeopatia). Como disse Jacques Schlanger (1978, p. 35): “É-lhes impossível compreender algo que seja exterior e contrário ao tecido da interpretação que permitem”.

Um sistema de idéias nunca pode criticar os seus próprios axiomas e os seus próprios princípios. Mas Weber denunciou muitas vezes “a irresistível tendência monista das teorias, refratárias à crítica de si próprias”. Ao contrário de uma doutrina, uma teoria é, naturalmente, capaz de modificar os seus subsistemas e de reconhecer os possíveis desacordos entre as suas previsões e os dados recolhidos no seu campo de pertinência; mas, embora aceitando a crítica/refutação externa, não dispõe da aptidão reflexiva para autocriticar-se nos seus fundamentos e na sua natureza. Uma teoria rende-se, mas não se suicida. O *hara-kiri* é uma operação desconhecida na noosfera.

2. Um sistema de idéias resiste às críticas e refutações externas, não somente pela capitalização das provas anteriormente estabelecidas da sua pertinência, mas, também, baseando-se na sua própria coerência lógica. Quando a lógica de um sistema teórico não pode integrar os dados empíricos que a contradizem, então o sistema fecha-se à perturbação empírica para salvaguardar a própria lógica; a sua racionalidade converte-se em racionalização.

3. Um sistema de idéias elimina tudo o que tende a perturbá-lo e desregulá-lo. Desencadeia dispositivos imunológicos que repelem ou destroem qualquer dado ou idéia perigosos para a sua integridade.

4. Um sistema de idéias é autocêntrico: situa-se por conta própria no centro do seu universo; é autodoxo, isto é, conduz-se

em função dos seus princípios e das suas regras e tende a tornar-se ortodoxo: é monopolista e quer ocupar sozinho o seu terreno de verdade. É autoritário (mesmo uma teoria científica dispõe da autoridade soberana das Leis da Natureza, cujo segredo penetrou). É agressivo contra todo rival vindo contestá-lo em seu terreno.¹¹

Assim, os sistemas de idéias são autoconservadores¹² e resistentes a tudo o que poderia, não somente ameaçar, mas alterar a sua homeostasia. Resistem, não apenas à contestação e à inovação, mas mesmo, como dizia Lupasco, à informação.

O coração da resistência encontra-se no núcleo onde estão concentrados os princípios de organização do sistema (paradigmas, lógica, categorias). Se é verdade que uma teoria científica deve obedecer à regra superior que a obriga a desaparecer se o meio científico rejeita-a, resta que os seus princípios organizadores ocultos, não submetidos diretamente ao controle empírico, produzem novas teorias, mais bem adaptadas que as precedentes, mas comportando as mesmas cegueiras cognitivas. É por isso que o conhecimento científico, por mais elucidativo que seja, comportou e comporta ainda uma profunda cegueira, de origem paradigmática.

Com a força do caráter autoritário e da pretensão monopolista, uma teoria, mesmo científica, tende sempre a recusar um desmentido dos fatos, uma experiência que lhe seja contrária, uma teoria mais bem argumentada. Por isso, é raro que seja suficiente, para a desintegração de uma teoria, uma experiência decisiva ou um argumento “imbatível”. É necessária uma longa série de provas acumuladas das suas carências e insuficiências e também o aparecimento de uma nova teoria mostrando uma grande pertinência. Assim, na história das ciências, as teorias resistem dogmaticamente como doutrinas, mas, finalmente, a regra do jogo competitivo e crítico leva-as a emendarem-se, depois a retirarem-se para o grande cemitério das idéias mortas.

Teoria da teoria

É próprio da teoria admitir a crítica externa, conforme as regras aceitas pela comunidade que cuida, suscita e critica as teorias (comunidade filosófica ou científica). O campo de existência das teorias é recente e frágil. Constituiu-se, pela primeira vez, há 20 séculos, em Atenas, onde a instauração da filosofia abriu uma esfera de livre debate de idéias sem sanção, exclusão, nem liquidação dos participantes. Depois, a ciência européia criou o seu próprio campo, onde toda teoria deve obedecer a regras empíricas/lógicas limitadoras e aceitar as verificações/refutações que poderiam desmenti-la.

Assim, um sistema de idéias permanece teoria enquanto aceita a regra do jogo competitivo e crítico, enquanto manifesta maleabilidade interna, isto é, capacidade de adaptação e modificação na articulação entre os seus subsistemas, assim como a possibilidade de abandonar um subsistema e de substituí-lo por outro. Em outros termos, uma teoria é capaz de modificar as suas variáveis (que se definem nos termos do seu sistema). Em consequência, as características “fechadas” de uma teoria são contrabalançadas pela busca de concordância entre a coerência interna e os dados empíricos que evidencia: é isso que constitui a sua racionalidade.

A teoria é aberta por ser ecodependente. Depende do mundo empírico onde se aplica. A teoria vive das suas trocas com o mundo: metaboliza o real para viver. É o tipo aberto de auto-ecorganização que dá à teoria uma resistência constitutiva ao dogmatismo e à racionalização. Mas esse tipo aberto está correlativamente ligado às regras pluralistas do meio que a alimenta, isto é, as sociedades/comunidades filosóficas ou, melhor, científicas. As esferas filosófica e científica são esferas de existência democrática/liberal para as teorias. Há, além disso, na esfera científica, provas e um veredicto de promoção ou eliminação. Assim, a teoria aceita a crítica no quadro filosófico, mas é no quadro científico que deve admitir o princípio da sua biodegradabilidade: uma teoria aberta é uma teoria que aceita a idéia da sua própria morte.

Doutrina

A doutrina rejeita a contestação assim como toda verificação empírico-lógica que lhe seja imposta por uma instância externa. É intrinsecamente irrefutável. Não é, entretanto, totalmente fechada ao mundo exterior; tem necessidade de alimentar-se de verificações e confirmações, mas só seleciona os elementos ou acontecimentos que a confirmam; filtra-os cuidadosamente e submete-os a um *cracking* que retém apenas o assimilável.

Enquanto a teoria reconhece que os seus axiomas ou postulados são indemonstráveis, a doutrina considera-os como princípios de evidência, verídicos para sempre, que asseguram a virtude inalterável do sistema. Enquanto a teoria conserva a racionalidade na troca incerta com o mundo exterior, a doutrina rejeita tudo o que se rebela contra a sua lógica racializadora.

Por isso, ao contrário da teoria, a doutrina é blindada contra as agressões externas. Cada um dos seus conceitos está tão protegido quanto o núcleo. As suas articulações internas são rígidas. A doutrina é dogmática por natureza: o dogmatismo é justamente a união da rigidez, da blindagem e da arrogância doutrinárias. A doutrina pretende ser a única a possuir a verdade, arroga-se todos os direitos e é sempre ortodoxa. Tudo o que lhe é estranho é, *ipso facto*, suspeito de ser inimigo, logo rejeitado. Os argumentos contrários são transformados em argumentos contra os contraditores (assim todo argumento mostrando que a URSS não era democrática foi, durante cinqüenta anos, repelido como “ignóbil calúnia anticomunista”,¹³ desqualificando irremediavelmente os seus atores). A doutrina mantém-se em estado de mobilização permanente e inflama continuamente o entusiasmo dos seus fiéis. Violentamente ofensiva, ataca sem trégua as teorias e as outras doutrinas anatematizadas. É cruel e pode exigir não apenas a condenação, mas a morte dos seus detratores.

As trocas entre a doutrina e o mundo empírico são rarefeitas. Mas, nem por isso, a doutrina é totalmente fechada. Ela assegura as trocas mínimas selecionando unicamente o que lhe traz confirmação. Extraí, sobretudo, dos espíritos/cérebros humanos poderosas energias regeneradoras.

Naturalmente, as teorias, assim como as doutrinas, alimentam-se dos desejos, aspirações, temores, paixões, obsessões dos humanos; as próprias teorias científicas são alimentadas pelos *themata* (Holton, 1982), idéias fixas, obsessivas, dos cientistas. Mas as teorias têm, ao mesmo tempo, necessidade de concordar com os dados externos e com as normas impostas pelo jogo filosófico ou científico.

SISTEMA DE IDÉIAS	
<i>Doutrinas</i>	<i>Teorias</i>
Auto-referência	Auto-exo-referência
Fechamento doutrinário (fraca ecodependência)	Abertura ao exterior (forte ecodependência)
Núcleo duro insensível à experiência	Núcleo duro resistente à experiência
Primado da coerência interna (racialização)	Primado do acordo lógico-empírico (racialidade)
Rigidez das ligações entre conceitos	Necessidade lógica das relações entre conceitos
Auto-regeneração a partir dos fundamentos próprios	Auto-exo-regeneração
Imunologia muito forte (só aceita o que a confirma)	Imunologia (só rejeita o que não é pertinente)
Recusa de toda crítica	Aceitação das críticas, sob condições
Anátema	Vigor polêmico
Dogmatismo	Flexibilidade
Idealismo	Empirismo
Ortodoxia (verdade absoluta e única)	Autodoxia (comporta-se em função de princípios)
Autotranscendência, auto-sacralização, autodeificação	Autocentrismo

Como a doutrina não tem nenhuma necessidade de procurar essa concordância, que crê estabelecida de uma vez por todas, atrai para si as necessidades de certeza, os desejos de absoluto, a procura obsessiva da palavra-chave, e alimenta-se avidamente delas. Essa regeneração externa estimula uma fonte regeneradora interna que é a palavra sacralizada dos seus fundadores; do mesmo modo que a repetição dos artigos de fé regojiza os deuses e regenera a religião, as exegeses, citações, recitações ininterruptas dos textos originais dos Pais da doutrina revigoram-na e atualizam-na. Assim, as doutrinas não estão petrificadas como as coisas inanimadas; não são sepulcros alvos, mas têm uma vida mais intensa, mais ardente que a das teorias; a idéia doutrinária pode até mesmo adquirir a soberania de um deus. Seria necessário estudar a dedicação e o culto à Idéia suprema.

Deve-se salientar, desde já, que a diferença entre doutrina e teoria depende, com freqüência, não das próprias idéias componentes do sistema, mas do fechamento ou da abertura da sua organização. Um mesmo sistema de idéias pode tornar-se teoria ou doutrina. A abertura depende do ecossistema psicocultural. Assim, o ecossistema científico garante, de maneira bastante eficaz, a abertura das teorias, as quais só podem, então, incompletamente converter-se em doutrinas. O ecossistema de um partido político rigidamente centralizado favorece a *doutrinarização*, a qual, por seu turno, favorece a rígida centralização; assim, por exemplo, no contexto do mundo universitário, o marxismo pode tornar-se teoria aceitando ser discutido e colocar-se em competição com outras teorias, mas, na seita ou no partido que se faz proprietário e intérprete dele, o mesmo marxismo torna-se doutrina; estima a sua verdade para sempre irrefutável e então rejeita de maneira imunológica qualquer informação ou argumento capaz de contestá-lo.

Idealismo e racionalização

Dizer que a abertura teórica necessita de condições externas favoráveis significa dizer que todo sistema de idéias tende a

fechar-se por si mesmo. O dogmatismo e a ortodoxia são tendências naturais, contrabalançadas somente por condições exteriores. É o que dizia, da sua maneira, Auguste Comte: “O dogmatismo é o estado normal da inteligência humana, aquele para o qual ela tende, por natureza, continuamente e em todos os gêneros”. Para G. K. Chesterton, “o dogma significa não a ausência de pensamento, mas a finalidade do pensamento”. Essas duas fórmulas não são totalmente verdadeiras para a inteligência e o pensamento humanos, mas o são para as entidades que emergem dessa inteligência e desse pensamento: os sistemas de idéias.

Lupasco definia a ideologia como “um sistema de idéias que resiste à informação”. Isso é verdadeiro para qualquer sistema de idéias, inclusive as teorias, mas a resistência da teoria não é irredutível, enquanto que a doutrina não apenas resiste à informação, mas a destrói.

Acrescentemos duas tendências propriamente noológicas, cujas consequências são perversas para o conhecimento humano. A primeira, já o indicamos, vem da disposição do sistema a fechar-se em sua armadura lógica que, assim, se torna racionalizadora. Racionalidade e racionalização têm um mesmo tronco comum: a busca de coerência. Mas, enquanto a racionalidade está aberta ao que resiste à lógica e mantém o diálogo com o real, a racionalização integra à força o real na lógica do sistema e crê, então, possuí-lo. Essa tendência racionalizadora equivale aqui à profunda tendência “idealista” de todo sistema de idéias a absorver a realidade que nomeia, designa, descreve, explica. Sob o ponto de vista noológico, os sistemas de idéias não se alimentam somente das energias e paixões humanas. Sugam e esvaziam a realidade que evidenciam. Desvendando as “leis” que governam o mundo, as teorias científicas aspiram à soberania universal dessas leis. Há, como diz Manuel de Dieguez (1970), “transubstanciação mística dos fatos pela teoria”.

No momento mesmo em que as tomamos pela realidade, as idéias, de maneira quase alucinatória, tornam-se fantasmas que escapam à realidade. O mediador substitui o mediatizado (o mundo, o real). O “poder absoluto das idéias” que, segundo Mauss, caracteri-

za a Magia, torna-se o resultado idealista da absorção dos espíritos e do real pela idéia. A idéia, que transporta consigo a essência do real, torna-se então mais real do que o real, o qual ela domina ou expulsa. Aqui ganha sentido a genial intuição de Wittgenstein: “A eliminação da magia [pela teoria] tem... o caráter da magia”.

Há, nessas condições, não somente reificação (a palavra é adequada) da idéia, mas poder verdadeiramente mágico¹⁴ e mítico da idéia. Ela torna-se poder de posse sobre o real, quase no sentido vodu do termo.

O idealismo não poupou, de modo algum, o mundo das teorias científicas; ao contrário, a sua abstração matemática e a sua concordância com as “leis” da Natureza favoreceram uma idealização particular que Whitehead chamou de “concretude mal colocada” (*the fallacy of misplaced concreteness*). Ele dizia da física clássica: “Essa concepção do universo está solidamente construída em termos de alta abstração e... tomamos, por engano, as nossas abstrações por realidades concretas” (Whitehead, 1930, p. 79). Tudo o que foi jogado fora como não-assimilável pelas teorias científicas foi considerado como subproduto do real, epifenômenos, logros, ruídos: a existência, o sujeito, as coisas singulares, os conjuntos orgânicos, em suma, a verdadeira concretude. O conceito, a lógica, a matemática, o sistema, roubaram essa concretude ao real. Os conceitos decisivos das próprias teorias científicas encarregaram-se de uma substancialização absoluta; assim foi, durante muito tempo, com a noção de matéria; depois, ocorreu o mesmo com a energia, noção reificada, embora seja, em si, inapreensível e só apareça através das suas manifestações físico-químicas; depois, entre alguns, a informação tornou-se um ser concreto e soberano, embora só exista na computação e na comunicação.

Foram, sobretudo, as entidades matemáticas, os seres de espírito menos dotados de existência física, que se dotaram da realidade física suprema. Já indicamos que os números matemáticos passam naturalmente à existência noológico e assim à sobre-existência pitagórica. Acrescentemos, agora, que se tornam não somente mestres do real, obedientes às suas ordens, mas a essência do real. Levando ao extremo idealista a expressão de Galileu,

pela qual o livro da Natureza está escrito em linguagem matemática, um Eddington conclui que o universo é inteiramente feito de matemáticas. O real físico é assim substituído pelo real noológico.

O idealismo torna-se, portanto, o estádio supremo da apropriação do real pela idéia. O idealismo filosófico nada mais é do que um caso particular de idealismo, não menos presente no materialismo dos físicos. O idealismo é o mito natural da idéia. A racionalização, a arma mágica da idéia contra o real. As teorias científicas apresentam-se mais bem armadas contra a racionalização, mas os *themata* e os paradigmas, aos quais devem obedecer, favorecem poderosamente a sua tendência ao idealismo. É necessário que o ecossistema humano lhes forneça um ingrediente fortemente empirista (a crença de que o real está nos fatos, não nas idéias ou na fórmula matemática) ou um ingrediente fortemente místico (a crença em que as verdades profundas estão além do conceito e do discurso) para contrabalançar a tendência natural das entidades logomorfas ao idealismo.

Claude Bernard dizia que “os sistemas tendem a subjugar o espírito humano”. É subjungando o real que a idealização e a racionalização subjungam o espírito humano. E, como veremos, são as doutrinas e ideologias sobre carregadas de substância mitológica ou religiosa que amplificam essas tendências.

A inveterada tendência humana a tomar o mapa pelo território, a palavra pela coisa, a idéia pela realidade, encontra aqui uma das suas fontes no modo de existência dos seres de espírito? Ainda aqui, o remédio só pode estar na abertura do sistema teórico, o qual depende da abertura do espírito humano, isto é, de sua aptidão crítica e autocrítica, favorecida pelas situações culturais pluralistas e abertas.

Podemos, agora, enunciar uma nova definição do sistema de idéias: *um sistema de idéias possui um certo número de aspectos auto-eco-organizadores que asseguram a sua integridade, a sua identidade, a sua autonomia, a sua perpetuação, e permitem-lhe metabolizar, transformar e assimilar os dados empíricos da sua competência; ele se reproduz através dos espíritos/cérebros em condi-*

ções socioculturais favoráveis. Pode adquirir bastante consistência e poder para retroagir sobre os espíritos humanos e subjugá-los.

Sistemas filosóficos e grandes ideologias

Sistemas filosóficos

Distingamos:

- os sistemas de idéias, cujo campo de pertinência limita-se, apenas, ao conhecimento (teorias científicas);
- os sistemas de idéias que ligam estreitamente fatos e valores e, portanto, têm um aspecto normativo (teorias não-científicas, doutrinas, sistemas filosóficos, ideologias políticas);
- os sistemas de idéias com pretensão explicativa universal (grandes doutrinas, grandes sistemas filosóficos, grandes ideologias).

Os sistemas filosóficos, ao menos em sua forma laicizada, apareceram tarde na história das sociedades e o seu domínio é marginal. Com certeza, há, apoiando as mitologias, conceções antropológicas e cosmológicas que podemos, hoje, traduzir como filosofias. Em todas as grandes religiões, constituíram-se esqueletos de idéias que, por vezes, poderiam ser sistemas filosóficos integrais se não comportassem, como estrutura legitimadora, ou mesmo racional, a Fé e o Culto.

A grande exceção acha-se no caso do budismo, ele mesmo uma religião de exceção ou, antes, uma concepção de mundo e da vida que originou ramos filosóficos mais ou menos envolvidos por cultos. A grande originalidade dos sistemas budistas em relação a quase todos os sistemas filosóficos ocidentais é que eles têm o vazio ou o nada como ponto de partida e de chegada.

Na Europa, os sistemas laicos de idéias, constituindo visão de mundo, da vida, do homem, do real, apareceram nas ilhas gregas seis séculos antes da nossa era. Um espaço autônomo, propício ao livre desenvolvimento dos sistemas filosóficos, instituiu-se

em Atenas um século mais tarde. Esse espaço se alastrará pelo Império romano, mas, convertida em única religião do império, a Igreja cristã interditará a filosofia laica. É certo que o cristianismo medieval conseguirá assimilar o aristotelismo como um subsistema, e doutrinas filosóficas de limitada soberania poderão enfrentar-se à sombra da Cruz.

O Renascimento opera a ressurreição de um espaço filosófico que obterá, dois séculos mais tarde, a sua plena autonomia. Esta não ficará, contudo, definitivamente garantida. No século XX, o poder stalinista suprimirá o espaço filosófico, e o poder nazista expulsará as idéias insanas.

A esfera filosófica, historicamente recente e frágil, encontra-se socialmente limitada a uma casta de filósofos que, a partir do século XIX, fecha-se nas universidades. Enfim, o desenvolvimento das ciências realizou-se repelindo as idéias filosóficas ou negando-lhes qualquer pertinência. Contudo, foram o esforço e o florescimento filosóficos que iniciaram e estimularam o processo de laicização formador da sociedade européia moderna; do cadinho filosófico saíram todas as grandes ideologias que animaram a história política e social das nações européias e animam, agora, a do mundo.

A partir do Renascimento, o mundo é questionado; depois que Cristóvão Colombo aumentou a Terra e Copérnico e Galileu diminuíram-na no céu, Deus é questionado, assim como o homem; a interdependência dessas reflexões determina uma problematização generalizada. A perda dos antigos fundamentos de inteligibilidade e de crença suscita a procura incessante de novos fundamentos e a formação ininterrupta de novos sistemas filosóficos, os quais levantam mais questões do que fornecem respostas, o que relança em permanência a busca. E, assim, a noosfera filosófica européia desenvolve-se com uma intensidade prodigiosa apresentando duas faces opostas e atreladas: de um lado, uma atividade crítica, que já não se exerce apenas, nem principalmente, sobre a religião, mas sobre os próprios sistemas racionais (racionalizadores), sobre as idéias dominantes, os princípios, os fundamentos; por outro lado, a elaboração ininterrupta de sistemas, até o maior de todos, o de Hegel; a partir desse momento, a história da filosofia será um

corpo a corpo sem tréguas entre o pensamento sistemático e o pensamento anti-sistemático. Assim, a cultura européia serve como laboratório noológico, onde se poderia observar a formação, o florescimento dos sistemas, os seus conflitos, as suas simbiose, as suas trocas, as suas corrupções, as suas escleroses, as suas mutações, os seus rejuvenescimentos, as suas agonias.

Um sistema filosófico é uma concepção que visa a elucidar o ser do mundo, do real, do homem, e cada um entre eles reelabora o mundo num grandioso jogo de construção de idéias e de conceitos. Nesse sentido, os grandes sistemas filosóficos representam construções, no limite, delirantes,¹⁵ no seu esforço de apreender o Uno, de abarcar o Todo e de dar respostas em idéias às grandes questões do espírito humano. Mas, em outro sentido, as grandes filosofias são concepções muito ricas e complexas, freqüentemente polinucleares, tendendo a ligar e entrefecundar a física e a metafísica, o conhecimento e a ética. Nem todas têm a ambição de abarcar todos os problemas; mas todas possuem a ambição de enfrentar as questões fundamentais, de produzir os princípios e categorias necessários ao verdadeiro pensamento.

Há teoria e doutrina nos sistemas filosóficos. Ao contrário das teorias científicas, eles não contam com relações orgânicas de trocas com o mundo empírico e não obedecem ao imperativo da verificação. Também ao contrário das teorias científicas, associam as verdades cognitivas e as verdades éticas. Mas, como as teorias científicas, são relativamente abertos e aceitam a polêmica. Alimentados pela tradição crítica/laica, só tendem à arrogância no regaço de uma religião soberana. Vivem em um meio repleto de vírus críticos, de polêmicas argumentadas, de intensas lutas de idéias, o que lhes garante uma abertura particular. Submetidos a uma intensa atividade crítica da parte dos sistemas rivais ou inimigos são, ao mesmo tempo, combativos e frágeis, capazes de responder aos assaltos mais vigorosos, capazes também de emendarem-se, modificarem-se, assimilarem os elementos externos, ou mesmo de realizarem simbiose das quais sairá um novo sistema. Os sistemas filosóficos são, enfim, bastante complexos para dispor eventualmente de uma aptidão reflexiva e

crítica que os torne capazes de pensar os outros sistemas de idéias e de pensar a si mesmos.

Podemos, agora, conceber os sistemas filosóficos como entidades que, com freqüência, elaboradas a partir de um espírito demiúrgico (Aristóteles, Platão, Descartes, Spinoza, Leibniz...), adquirem vida auto-eco-organizadora. Essas entidades buscam no seu ecossistema cultural as energias de que se alimentam e regeneram. Buscam nos espíritos individuais não somente a aspiração ao conhecimento e a preocupação de situarem-se no mundo, não apenas a sede de certezas, mas, também, a reflexão antropológica; assim, comunicam-se com o insondável abismo das questões humanas. Correlativamente, as entidades filosóficas nunca pararam de buscar no devir/crise da cultura européia uma problematização sempre renovada pela desintegração dos antigos mitos, pela modernização da religião, pela erosão ininterrupta das idéias tradicionais, pela atividade crítica permanente. Nesse sentido, a problematização cultural atiça a problemática antropológica, a qual atiça, em retorno, a problematização cultural, tudo isso provocando, eventualmente, um vazio e uma confusão que desencadeiam então a crise da problematização e levam ao retorno e à renovação da grande religião e das filosofias que a justificam. A enorme vitalidade questionadora que animou o pensamento europeu desde o século XVI impediu a imobilização dos sistemas. Conjuntamente, a intensa atividade polêmica, através de argumentos, refutações, críticas, alimentou uma vitalidade intercrítica que impediu os sistemas propriamente filosóficos de autodeificarem-se. Em contrapartida, as grandes ideologias que se espalham pela cidade, a *pólis*, às quais denominaremos, neste sentido, políticas, automitificam-se e a autodeificam-se.

Ideologias

Há, simultaneamente, continuidade e ruptura entre as filosofias e as ideologias que, na maior parte do tempo, saem de idéias filosóficas. As ideologias são *vulgáticas* (vulgata: versão disse-

minada) e estendem a sua influência para além da *intelligentsia*, ao mundo político e social.

As ideologias tomam de empréstimo às filosofias o núcleo axiomático e as idéias centrais; buscam aí coerência organizadora, mas de maneira simplificadora, degradada, dogmática, o que as transforma em sistemas de outra natureza: as ideologias perderam a problemática e a complexidade que fazem a originalidade filosófica. Compreende-se, então, o sentido pejorativo do termo “ideologia”, o qual sempre conota um defeito, uma falta, uma ilusão.

Ao contrário das filosofias, que são e permanecem teorias, as ideologias são fortemente doutrinárias, racionalizadoras (tudo se explica segundo a sua lógica) e idealistas (todo o real é assimilado/apropriado pela sua idéia). Observemos que são doutrinárias mesmo quando tomam um aspecto “crítico”; as ideologias racionais, científicas, marxistas, têm por fonte a crítica dos dogmas e doutrinas, mas produzem novos dogmas sob os nomes de Razão, Ciência, Materialismo dialético. Por isso as conotações pejorativas da palavra “ideologia” correspondem à refutação idealista, à rigidez racionalizadora, à abstração enganadora e, finalmente, à ilusão de possuir a verdade em um sistema de idéias.

A ideologia política é uma concepção da realidade antroposocial que, como o sistema filosófico, comporta, de maneira implícita ou explícita, uma concepção do mundo e do real (assim, o marxismo ideológico conserva do marxismo filosófico o materialismo dialético). Como os sistemas filosóficos, o núcleo das ideologias é feito através de uma ligação forte entre o princípio de conhecimento e o princípio ético. Mas, enquanto o mundo dos sistemas filosóficos é como que estratosférico, as ideologias têm uma motricidade diretamente conectada à práxis política e social.

Os ideomitos

Acreditou-se no século XIX e no começo do século XX que a promoção das idéias laicas correspondia à evolução neces-

sária e progressiva do mito à razão, da religião à ciência; o desaparecimento gradual dos mitos bioantropomorfos e o estreitamento da área religiosa deviam completar-se, o que corresponderia ao triunfo das verdades positivas, racionais e científicas.

Ora, essa concepção, que Auguste Comte formulou como lei evolutiva, era um mito e, de resto, Comte teve a loucura genial de coroar a era positiva com uma nova religião, concreta e universal, na qual a adorada Clotilde de Vaux encarnava a Humanidade-Mátria.

De maneira mais convincente, Max Weber concebera o desaparecimento gradual dos mitos, religiões, ritos, tradições, como um processo de secularização em proveito das ideologias, da ética e das crenças subjetivas. É interessante salientar que dois ramos divergentes saíram dessa perspectiva; por um lado, o da abstração, da racionalização (no sentido weberiano, diferente do utilizado aqui), do desencantamento; por outro lado, o da interiorização, da subjetivização, da estetização. Efetivamente, podemos constatar que os gênios, demônios, espectros, que povoavam a natureza, foram despachados para uma noosfera estética, tornando-se heróis de romances ou *stars* de cinema, ou migraram para os interiores psíquicos, tomando a forma fluida das pulsões e sentimentos. Podemos pensar que esses desenvolvimentos estéticos e subjetivos estão dialogicamente ligados aos desenvolvimentos anti-nômicos e concomitantes do pensamento racional-empírico-lógico e dos sistemas abstratos de idéias, teorias científicas, doutrinas, ideologias.

Pudemos nos questionar sobre as ressurreições dos mitos no campo estético das novas artes (romance popular, cinema, televisão, esporte) de massa (Morin, 1957, 1962). Pudemos igualmente nos surpreender com a resistência das grandes religiões e mesmo com as suas contra-ofensivas vitoriosas nas terras desoladas do desencantamento e do niilismo. *Mas é necessário, sobretudo, ver o que Max Weber não viu: a reinvasão do mito e mesmo da religião nos sistemas de idéias aparentemente racionais.*

Georges Bataille (1972, p. 393-394), por seu lado, bem observou a existência no mundo moderno de uma “avidez de mitos”. Acresentemos: novos mitos fizeram ninho no próprio cora-

ção das idéias abstratas. Em outros termos: as estruturas arcaicas do mito apropriaram-se das estruturas evoluídas da idéia.

O Wittgenstein dos manuscritos de 1931 descobrirá, durante uma longa meditação sobre *O Ramo de ouro*, de Frazer, não somente “que a eliminação da magia tem... o caráter da magia”, mas, também, que a metafísica podia ser considerada “como uma espécie de magia”. Freud perguntava-se, mais ou menos na época (1933), se a própria teoria científica não era mitológica.¹⁶

Essa questão merece ser colocada. É certo que as teorias científicas, nos seus aspectos abertos e profanos, situam-se nas antípodas do mito. Mas o seu núcleo comporta uma zona cega onde pode instalar-se um fermento que transforma a idéia, tornada soberana, em mito; assim, a idéia pitagórica da realeza do Número torna-se mito, como ocorre com a idéia galileana, newtoniana, laplaciana, da ordem matemática do mundo...

Toda passagem a ser de um sistema de idéias comporta um potencial mitologizante. Toda idealização/racionalização doutrinária tende a autotranscendentalizar o sistema. A partir daí, o mito pode instalar-se no núcleo do sistema abstrato e divinizar as idéias-mestras. Assim, opera-se a mitologização da idéia abstrata. As teorias científicas evitam a *doutrinarização*, mas o seu núcleo permite a mitificação. Os *themata* são idéias-mestras obsessivas que tendem a impregnar-se de força mítica. Assim, embora permanecendo empírico-racionais, as teorias científicas podem absorver o mito nos seus núcleos.

O mito introduz-se clandestinamente, como um vírus que se introduzisse no DNA do hóspede e nele se integrasse, suscitando desde então uma atividade propriamente mitológica, mas invisível. Melhor ainda: *o mito invadiu o que lhe parecia mais hostil e que deveria tê-lo liquidado*.

Se o mito pode introduzir-se no núcleo das teorias científicas sem, no entanto, controlá-lo totalmente, pode invadir plenamente as doutrinas e as ideologias. Enquanto as teorias científicas permanecem profanas por natureza, a despeito da tendência própria a todo sistema de idéias a autotranscendentalizar, as doutrinas auto-sacralizam-se e auto-idolatram-se. O conceito fundamen-

tal torna-se soberano do universo. A doutrina exige a veneração dos seus adeptos, que devem obedecer-lhe literalmente, citá-la ritualmente e utilizar a conversa fiada litânica de um quase culto. Assim, a transcendentalização e a deificação características da mitologia e da religião entram sub-repticiamente, mas com profundidade, no mundo laico da doutrina.

Acontece o mesmo com a ideologia. Como todo sistema de idéias, a ideologia comporta um núcleo que determina a organização dos conceitos e a natureza de sua visão de mundo. Esse núcleo não se limita a realizar a fusão (ou a confusão) entre paradigmas/axiomas e valores, mas contém, enterrado em si, uma substância mítica confundida com a sua própria substância doutrinal. Os valores adquirem uma vida superior que os torna míticos: a Justiça, a Ordem, a Liberdade, a Igualdade, o Amor, a Verdade, o Homem, embora permanecendo valores, tornam-se mitos e divinizam-se. Assim, o homem, fonte de direito e de fraternidade na filosofia humanista, acha-se, de qualquer maneira, divinizado na ideologia humanista, pela qual alcança uma dignidade sobrenatural que o destina à conquista e ao controle da Natureza. A idéia do homem e o mito do homem contaminam-se reciprocamente, e o mito tende a apossar-se da idéia. Diferentemente do mito tradicional, o mito moderno é invisível sob a abstração ideal e sob a lógica do sistema. Torna-se tanto mais invisível quanto mais usa a máscara da ciência “desmitificadora”. Assim, o mito da salvação terrestre tomou a forma do “materialismo científico”.

Hoje, no nosso mundo ocidental, só de maneira estética, sob a forma romanesca ou cinematográfica, consumimos os mitos do tipo arcaico, antigo ou exótico, as narrativas bioantropomórfas. Os nossos mitos, profundos e tirânicos, encontram-se embutidos em cápsulas de idéias abstratas, inclusive na idéia desmitificadora da Razão. Virulentos, fazem parte das nossas ideologias. Há mito tipicamente moderno quando há, nas idéias fundamentais de uma ideologia, coagulação de fortes cargas de verdade cognitiva e de verdade ética (valores) e quando essas idéias se tornam autoritárias, dominadoras, sacralizadas, soberanas. Assim, a ideologia con-

tém, subterraneamente, no seu coração, as estruturas do pensamento simbólico-mágico-mítico, escondidas sob as do pensamento lógico-empírico-racional.

A virulência de uma ideologia pode tornar-se extrema. A ideologia, vale lembrar, sempre teve uma força motora derivada da sua forte carga mitológica e do seu caráter *político*, isto é, de práxis, na cidade. As ideologias apossam-se e subjugam então os humanos, como faziam os deuses. É certo que os humanos obtêm, em troca, satisfações psíquicas; possuem a verdade que os possui, controlam o universo através de uma ideologia, gozam, como em verdadeiros coitos psicológicos, com a repetição dos seus *thematas* obsessivos, os quais fornecem à doutrina o seu erotismo enfeitiçador. Logo, os humanos chegam a viver e a morrer pela idéia.

Aparentemente, os Tempos modernos caracterizam-se pela dominação dos sistemas abstratos de idéias ou ideologias e pelo retrocesso dos sistemas mitológicos e religiosos. Mas, a grande e real laicização da noosfera não deve mascarar a invasão dos mitos no seu próprio interior. Assim, vimos a razão, bifurcando da racionalidade para a racialização, tornar-se ídolo e mesmo deusa. A razão só existe como atividade crítica e autocrítica, mas tornou-se uma entidade em si, arrogando-se a soberania, a providencialidade e, no limite, a divindade. Do mesmo modo, a ideologia científica constituiu-se como sistema ao mesmo tempo racializador e idealista, suscitando a aglutinação em si dos mitos da Certeza, da Razão, do Progresso; assim, a ciência viu-se atribuir a missão providencial de guiar a humanidade para a salvação terrestre.

É nessas condições que a palavra Razão se torna insensata e a palavra ciência, anticientífica. Adorno e Horkheimer viram bem que a Razão (fechada) torna-se ela própria autoritária: ao estender a sua universalidade potencial ao universo, apropria-se do universo, identifica a sua ordem à ordem cósmica ou histórica e apossa-se das leis da Natureza. A Razão, com maiúscula, abstrata e racializadora, instaura uma guilhotina ideológica e uma potencialidade totalitária.

Já portadoras de paixões e de violências, a mitificação e a deificação que penetram na ideologia abstrata serão penetradas pela fria crueldade da lógica, pelo delírio gelado da racialização. Assim, o nazismo e o stalinismo associaram o frio absoluto da sua lógica e o fogo devorador da sua salvação para realizarem as maiores exterminações da história.

O fenômeno-chave deste século é o desfralda mito-religioso de grandes ideologias políticas com, primeiro, o triunfo e, depois, no fim do século, a erosão (provisória? definitiva?) dos mitos da salvação terrestre.

As ideologias da promessa

Tomemos o exemplo privilegiado e ainda morno do marxismo para ilustrar a nossa afirmação. O marxismo era, no ponto de partida, um sistema de idéias muito complexo e ambivalente; uma filosofia que pretende superar a filosofia para tornar-se ciência. Mas, desde que se pretende a única e verdadeira ciência, cessa de ser teoria para tornar-se doutrina e impõe-se como doutrina ortodoxa no ecossistema político do partido que dela se reclama.

O marxismo, enquanto sistema filosófico, comporta três núcleos fortemente soldados em um só: 1) o paradigma que determina as categorias fundamentais e o modo de utilização da lógica (materialismo dialético); 2) o princípio do devir antropo-histórico através do jogo dialético do desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes (materialismo histórico); 3) a missão histórica do proletariado, destinado a instaurar a sociedade sem classe e pôr fim à pré-história humana. O caráter místico do terceiro núcleo foi, simultaneamente, camuflado e exaltado pelo caráter “científico” dos dois primeiros.

O marxismo torna-se ideologia quando o sistema perde a sua complexidade (riqueza e ambigüidade), quando uma das suas versões ideológicas simplificadas degrada-se em doutrina ortodoxa (única ciência verdadeira, previsão certa do futuro) e quando o fermento messiânico da salvação terrestre, assumindo o comando

do núcleo tríplice, torna-se o motor do movimento revolucionário. O mito da salvação é camuflado, apropriado pela ideologia, mas, feito isso, ele se apossa da ideologia que o controla. A profundidade mitológica do marxismo é tanto maior quanto mais ele se apossou de todos os grandes mitos formados nas ideologias modernas; assim, ao pretender apropriar-se da racionalidade, apropriar-se do mito da razão providencial e soberana; ao pretender apropriar-se da científicidade, apropria-se dos mitos científicos da posse da verdade e da missão emancipadora da ciência, aos quais acrescenta o seu próprio mito, a posse “científica” das leis da história. Ao dedicar-se aos interesses universais da humanidade, apropria-se do direito de guiar a humanidade; ao fazer-se servidor do povo soberano, apropria-se da soberania do povo. Ao criar o mito do proletariado, messias salvador cujo suplício regenerará o mundo, apropria-se, com o mito da salvação e da missão de messias do proletário, das energias religiosas judaico-cristãs e de todos os direitos sobre o proletariado e sobre a história mundial. Assim, unidas no marxismo ou dispersas fora do marxismo, as mitologias da razão, da ciência, do desenvolvimento, da salvação, precipitaram-se sobre o século XX, agitaram-no e transformaram-no.

A ideologia democrática é uma das grandes ideologias políticas dos tempos modernos. Anterior ao marxismo, extrai do enfraquecimento deste novas energias. A ideologia democrática comporta o grande mito trinitário Liberdade/Igualdade/Fraternidade e leva para onde há servidão, ditadura, totalitarismo, a esperança e a promessa emancipatória. Contudo, a ideologia democrática não poderia pretender converter-se em religião de salvação, nem possuir a ortodoxia de uma doutrina. A ideologia/mito democrático comporta princípios de tolerância e de pluralismo e um núcleo irredutível de laicidade: a única verdade absoluta da democracia é apenas a regra do jogo que permite às verdades antagônicas confrontarem-se no seu campo.

Todas as ideologias comportam ingredientes míticos. Assim, a ideologia da “sociedade industrial” (elaborada, como teoria, de Saint-Simon a Raymond Aron, e convertida, durante al-

gum tempo, em ideologia/mito tecnocrático-político) teve o seu componente e a sua promessa míticas. De resto, não se poderia conceber nenhuma idéia política¹⁷ sem tal ingrediente.

A idéia e o real

A ideologia, como o mito e a religião, mas através da idéia, serve para apreender o real, ao mesmo tempo que para dele se proteger... Responde, nos tempos contemporâneos, às mesmas necessidades fundamentais que o mito e, por vezes, a religião.

Assim, as ideologias políticas alimentam-se dessas poderosas fontes negentrópicas – aspirações, sonhos, necessidades, temores – que brotam constantemente nas nossas sociedades. Ne-las, os conceitos tornam-se seres-deuses ou seres-demônios; assim acontece, não só com a razão, com a ciência, com o homem, mas também com o “capitalismo”, com o “socialismo”, dotados, como vimos, de intenções, consciência, astúcia...

As ideologias carregam-se de emoção, como as nuvens de eletricidade e, em condições favoráveis, adquirem forma expansiva, eruptiva, explosiva. Algumas delas foram capazes, neste século, de substituir a religião da salvação, passando a dispor de uma formidável potência de invasão e de extermínio. Vimos em ação as duas grandes ideologias antagônicas, uma igualitária e messiânica para toda a humanidade, a outra hierárquica e exaltando a raça superior; ambas ligando nuclearmente o mito do socialismo e o mito da nação. A segunda morreu em função de um desastre militar, não de uma derrota de idéias; a primeira sucumbiu, finalmente, à contradição absoluta entre o seu mito e a realidade que criara...

Mas foi essa contradição que lhe deu o seu poder supremo! Assim, foi o fracasso cultural e social do comunismo, nos anos 1920-1924, que levou o marxismo, em conversão ao stalinismo, a automitificar-se como “marxismo-leninismo”, doutrina infalível, Bíblia de toda verdade. Foi o desmentido do real que o levou a transformar a sua relação com o real e a infligir-lhe os piores suplícios para que nunca proferisse a sua verdade, mas, ao contrário,

confessasse aquela exigida pelo Partido. Incapaz de comerciar com a realidade que o desmentia, o mito stalinista habilitou-se a esmagá-la e subjugá-la. Esse massacre de setores inteiros da realidade – massacre dos *gulags*, dos opositores externos, depois dos pertencentes à esfera de Stálin, massacre quase ao acaso de suspeitos – foi capaz de domesticar a realidade. E, para isso, foi necessário, ao mesmo tempo, massacrar todas as outras idéias e ideologias. Assim, o fracasso do “socialismo real” fez triunfar, durante setenta anos, um socialismo ir-real, mas super-real, mais forte do que a realidade.

Os costumes das idéias

As ideologias situadas em campos diferentes de competência ignoram-se; as que ocupam um mesmo campo se opõem. As que comportam uma concepção de mundo são incompatíveis, e os seus conflitos, ferozes. Assim, um conflito radical opôs a grande religião da salvação celeste e a religião da salvação terrestre. Por causa das visões de mundo contrárias e das mensagens de salvação idênticas, mas concorrentes, marxismo e cristianismo combateram-se em todos os continentes. Contudo, caso extraordinário da química própria às idéias, a analogia entre cristianismo e marxismo pôde, localmente, em certas condições históricas, sociais e culturais, realizar uma simbiose que substituiu o duelo mortal, especialmente na América Latina. Aí, contudo, a Igreja estava tradicionalmente ligada às forças conservadoras que oprimiam uma plebe miserável. Foi justamente nessas condições que a idéia cristã de fraternidade para os pobres e os infelizes pôde roer o núcleo duro da ideologia católica/conservadora e abrir aí uma brecha. A partir daí, nada mais se opunha à atração mútua entre as idéias socialista e cristã de fraternidade. Uma pôde reencontrar, no proletariado mártir, a experiência do Cristo sofredor e perseguido; a outra, o comunismo, revelou-se não mais como o inimigo do cristianismo, mas como o portador da sua verdade terrestre. É certo que o ateísmo marxista era contrário à fé em Cristo, mas essa contradição pôde ser resolvida através de um

modus vivendi entre o Céu e a Terra. O céu estando reservado a Deus, a fé pôde então ver facilmente no partido comunista uma missão terrestre de natureza cristã. Nessas condições, a mensagem marxista e a mensagem de Cristo conseguiram complementar-se, originando uma ideologia simbiótica, dita “teologia da libertação”; depois, entre muitos católicos, inclusive padres, a religião marxista da salvação terrestre mostrou-se capaz de absorver e de reabsorver a religião cristã da salvação celeste.

Assim, no seu movimento ascensional, o marxismo-leninismo foi capaz de fagocitar as energias mitológicas da religião concorrente. Do mesmo modo, mostrou-se capaz de captar as energias do mito nacional (do qual falaremos em seguida). Embora de essência internacionalista e sem esgotar essa fonte internacionalista, o marxismo stalinista, enraizando-se na URSS, pôde captar para si, nas condições propícias da ameaça hitlerista dos anos 30, a herança nacionalista e patriótica da Rússia e, em todos os países, o comunismo tornou-se “patriótico” com o objetivo de apoderar-se das energias do mito da nação. (De resto, o mito da nação tanto absorveu o mito comunista quanto foi por ele absorvido.) Assim, na sua fase ascendente, a ideologia comunista é dotada de um grande poder de fagocitose, o que lhe permite apropriar-se dos mitos e das idéias fundamentais adversas e assimilá-los. Mas, na fase descendente, quando a ideologia comunista perde a salvação terrestre, o cristianismo aproveita-se dessa desilusão e alimenta-se da desintegração da fé comunista; da mesma forma, o nacionalismo torna-se força de resistência e de oposição ao sistema ideológico que imaginava tê-lo domesticado...

Esses rápidos exemplos indicam-nos que as relações entre ideologias podem ser complexificadas pelas condições ecológicas (culturais, sociais, históricas) da sua existência, as quais favorecem a captação das idéias-força de umas pelas outras ou a atração entre mitos análogos até então repulsivos. As palavras/mitos “socialismo”, “democracia”, “nação”, podem ainda assim ser roubadas, integradas, transformadas, desmitificadas, remitificadas...

O mistério da nação

Vejamos agora aquilo que, constituído ao mesmo tempo na sociosfera e na noosfera, comporta, simultaneamente, ideologia, mito e religião, sendo um ser feito de substâncias diversas reunidas em uma só: a nação.

O Estado-nação é um ser ao mesmo tempo social, político, cultural, ideológico, mítico, religioso. Trata-se de uma sociedade com um território definido e organizada; uma entidade política dotada de um Estado e de leis próprias; culturalmente, uma comunidade de destinos comportando a sua memória e os seus costumes particulares; um sistema ideológico de racionalização autocêntrica; um ser mítico, de substância ao mesmo tempo maternal e paternal: a Mãe-Pátria. É, enfim, como viu Toynbee, uma religião de um tipo específico, na qual, de maneira quase durkheimiana, o Estado-nação autodeifica-se. Todos esses elementos são, não apenas complementares, mas recursivamente associados, cada um produzindo os outros que o produzem.

Um ser tão complexo assim se formou, de maneira multissecular e aleatória, primeiro na Inglaterra, França, Espanha; o seu acabamento mitológico e ideológico realizou-se na e através da Revolução francesa, quando o Estado-nação se torna soberano legítimo e absoluto.

Uma vez estabelecida, a fórmula do Estado-nação difundiu-se muito rapidamente, primeiro na Alemanha e na Itália, depois em toda a Europa e, enfim, no século XX, no planeta inteiro. Por vezes em simbiose, outras vezes em oposição à religião oficial do país, o Estado-nação, divinizado de forma matrípatriótica, institui de fato uma religião própria, comportando o seu culto e os seus sacrifícios, que se alimenta do amor e da obediência absoluta dos “filhos da pátria” (Morin, 1987a, p. 61-64).

Assim, o Estado-nação é uma entidade sociológica original porque, ao mesmo tempo, implica uma realidade histórica concreta e uma realidade noosférica não menos concreta que se comunicam através das suas raízes: a nação enraíza-se em profundidade no solo

material/biológico da “terra e dos mortos”, onde se encontra justamente a sua substância mítica: “terra-mãe”, “mãe-pátria”.

As teorias da nação são todas insuficientes. Quanto à sua natureza noológico, Michelet e Renan bem observaram que a nação é um ser de espírito, enquanto os alemães viam nela um ser “biológico”. Esses dois pontos de vista, na verdade, complementam-se: *a nação é um ser vivo metabiológico porque é um ser de espírito*.

Hoje, quando se coloca o problema da superação do Estado-nação, a dificuldade não está somente nos interesses em jogo, mas, também, na consistência mítico-religiosa das nações que continuará a resistir vitoriosamente enquanto não forem constituídas entidades superiores, de forte densidade mitológica, como a Europa e, sobretudo, enquanto a idéia de humanidade não alcançar o zênite mitológico do planeta Terra.

Conclusão

Teorias, doutrinas, filosofias, ideologias não podem ser julgadas somente como erros ou verdades na tradução que fazem da realidade; não têm de ser concebidas como produtos de uma cultura, de uma classe ou de uma sociedade. São também seres noológicos, alimentando-se de substância mental e cultural e algumas delas, carregadas de forte substância mítico-religiosa, podem desenvolver um extraordinário poder de subjugação e de posse.